

MINAS GERAIS: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, MIGRAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

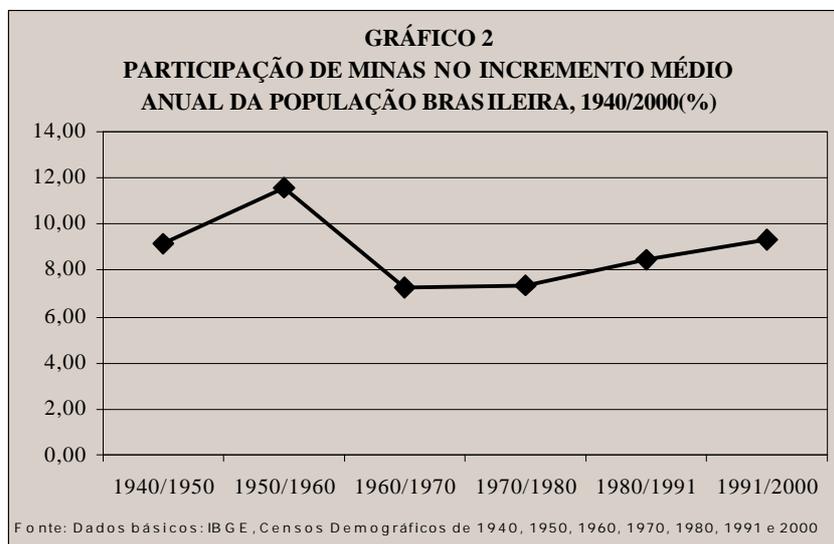
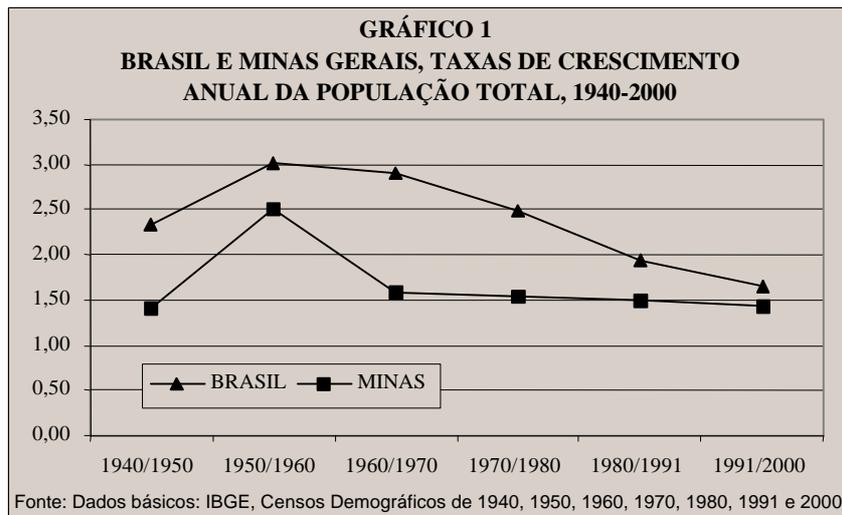
Fausto Brito¹
Cláudia Júlia G. Horta²

Minas Gerais chegou ao final do século XX com pouco mais de 17,8 milhões de habitantes, distribuídos pelos 586.648,7 Km² de sua área, o que lhe garante um segundo lugar em tamanho populacional entre os estados brasileiros, perdendo apenas para São Paulo, com quase 37,0 milhões. Entretanto, ao longo das últimas décadas, a sua participação relativa no total da população brasileira tem sido decrescente: em 1940 alcançava 16,3%, mas em 2000 pouco ultrapassava 10,5%. Observa-se, desde a década de cinquenta, uma tendência ao declínio de suas taxas de crescimento, tanto da população urbana quanto da rural, que têm ficado sempre abaixo da média nacional.

Entretanto, como pode ser observado no gráfico 1, essa tendência de Minas a crescer sempre abaixo da média nacional teve o seu auge nos anos 60. Logo após, as diferenças entre as taxas estadual e a nacional tendem a diminuir. Por outro, pode ser observado, também, que a contribuição de Minas para o crescimento da população brasileira, que chegou ao nível mais baixo nas décadas de 60 e 70, começou a se recuperar. Esses fenômenos, certamente, se constituem nos dois lados de uma mesma moeda: a redução dos grandes saldos migratórios negativos de Minas. Estes serão o tema da primeira parte do presente artigo. A segunda analisará a distribuição espacial da população do estado, com ênfase na distribuição da população entre os diferentes tamanhos de municípios e de cidades. A última parte discutirá as particularidades do crescimento demográfico das Regiões de Planejamento sublinhando a grande diversidade social e econômica de Minas.

¹ Professor do Departamento de Demografia e Pesquisador no CEDEPLAR/FACE/UFMG

² Doutoranda em Demografia no CEDEPLAR/FACE/UFMG



CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRAÇÕES

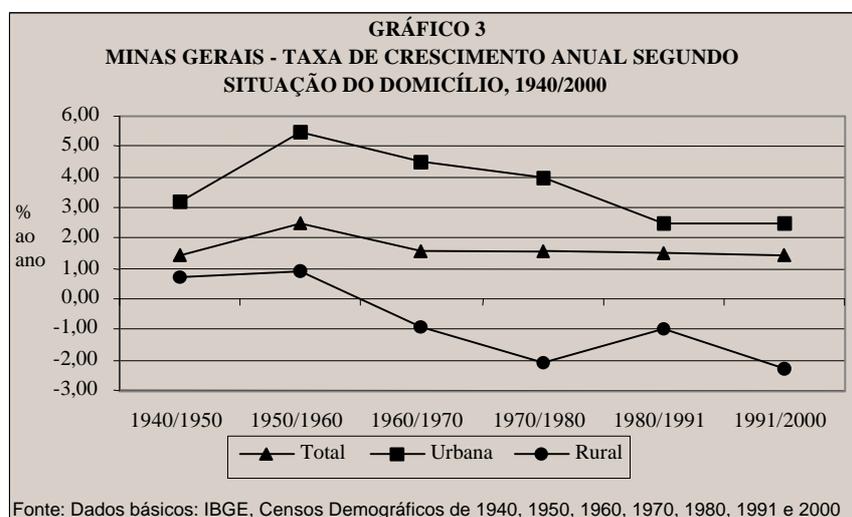
A partir da segunda década do século XX, Minas Gerais inicia a expansão da sua siderurgia, que se acelerou no final dos anos 30 com a inauguração do alto forno da Belgo Mineira em João Monlevade, abrindo uma nova perspectiva para a inserção da economia mineira no cenário nacional. Porém, o crescimento da siderurgia só se consolidou na década de 50, com a estatização da Acesita, a inauguração da Mannesmman e a construção da Usiminas. Assim mesmo, os efeitos multiplicadores da siderurgia para a economia mineira foram relativamente pequenos, assim como da mineração, que acompanhou o crescimento da produção de aço. O estado estava longe de superar a sua estagnação econômica, com fortes repercussões sobre o crescimento demográfico.

TABELA 1
MINAS GERAIS - TAXA DE CRESCIMENTO SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
1940/2000

INDICADORES	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Total	1,41	2,50	1,58	1,54	1,49	1,44
Urbana	3,21	5,49	4,52	4,01	2,50	2,49
Rural	0,74	0,94	-0,90	-2,08	-0,95	-2,28

Fonte: Dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Em 1940, Minas tinha 6.743.416 habitantes, dos quais somente 25,1 residiam em áreas urbanas. Entre 1940 e 1950, essa proporção aumentou para pouco mais de 30,0%, com a população urbana crescendo a 3,21% ao ano e a rural a 0,74%, ambas bem abaixo da média nacional. Minas já sofria uma forte drenagem migratória desde o início do século, o que contribuía para a redução do crescimento da sua população total. Segundo estimativas indiretas, entre 1920 e 1940, o seu saldo migratório era de – 608.455, o equivalente a 9,0% da sua população no final do período (Graham, 1984). Estes emigrantes se dirigiam, principalmente para São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. (Brito, 1987)



Na primeira metade dos anos 50, o binômio energia e transporte regeu a ação governamental no sentido de gerar uma infra-estrutura indispensável ao crescimento econômico. A criação da CEMIG e do DEER tiveram um papel decisivo. Na segunda metade da década, o crescimento da economia nacional, com o Plano de Metas, expandiu a siderurgia, a metalurgia e a indústria de cimento em Minas. Além disso a

construção de Brasília colocou Minas numa posição privilegiada no sistema de transporte nacional. Desta forma, estavam praticamente consolidadas as condições necessárias para o desenvolvimento regional. Mas Minas pegou tarde o “bonde da história”, a economia nacional depois de um espantoso crescimento na segunda metade da década de 50, entrou numa crise recessiva que só seria superada no final dos anos sessenta.(Brito,1994; Diniz, 1981)

Nos anos 50, Minas teve a maior taxa de crescimento populacional da sua história, 2,39% ao ano, assim mesmo menor do que a do Brasil, 3,04%, que também bateu todos os records. A combinação de um alto crescimento vegetativo com a intensificação da migração rural-urbana (a população rural cresceu apenas 0,98% ao ano), fez com que as cidades mineiras crescessem a uma taxa média anual de 5,49%.

Os fortes desequilíbrios regionais, derivados de um crescimento espacialmente concentrado da economia brasileira e um sistema de transporte no qual Minas tinha uma posição central, levou a um aumento enorme nas migrações dos mineiros para o estados com maior crescimento urbano e industrial, São Paulo e Rio de Janeiro. Somase, ainda, a ampliação das áreas de atração migratória com a intensificação da ocupação da fronteira agrícola paranaense, já iniciada na década de 40, e com a expansão de Goiás, estimulado pela construção da nova capital da República.

TABELA 2
MINAS GERAIS - INDICADORES MIGRATÓRIOS
1960/1998

INDICADORES	1960/70	1970/80	1981/91	1986/91	1991/96	1993/98
IMIGRANTES	527.000	612.597	799.339	371.888	321.335	373.899
EMIGRANTES	2.041.748	1.238.859	1.018.903	479.398	345.234	357.506
SALDO MIGRATÓRIO*	-1.514.748	-626.262	-219.564	-107.510	-23.899	16.393
IMIGRANTES(% BRASIL)	5,64	6,74	7,51	7,42	7,71	8,87
EMIGRANTES (% BRASIL)	21,86	13,63	9,58	9,56	8,28	8,48
IMIGRANTES (ANUAL)	52.700	61.260	79.934	74.378	64.267	74.780
EMIGRANTES(ANUAL)	204.175	123.886	101.890	95.880	69.047	71.501
SALDO MIGRATÓRIO(ANUAL)	-151.475	-62.626	-21.956	-21.502	-4.780	3.279
TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO	-13,19	-4,68	-1,39	-0,77	-0,16	0,11
ÍNDICE DE REPOSIÇÃO	0,26	0,49	0,78	0,78	0,93	1,05

Fonte: FIBGE; Censos Demográficos de 1970,1980,1991 e Contagem da População de 1996

*Saldo migratório=1986/91 e 1991/96; trocas líquidas=1960/70,1970/80 e 1981/91

A década de 60, na sua maior parte, foi de recessão para a economia brasileira. Essa realidade se projetou sobre Minas, que manteve a sua agricultura estagnada e os investimentos industriais bastante baixos. Apesar da infra-estrutura econômica disponível, não havia capital para expandir o setor industrial e modernizar a agricultura.

Como consequência, as emigrações mineiras para os outros estados arrebataram dos nordestinos o primeiro lugar no “rank” nacional. Segundo o Censo Demográfico de 1970, 2.041.748 residentes no estado nos anos 60, emigraram para o restante do país, o maior número da sua história – uma média de 204.175 emigrantes anuais!

Estimativas indiretas mostram que o saldo migratório rural, negativo, foi de aproximadamente 2.900 mil, ou seja, cerca de 53,0% da população rural, em 1970, tinha emigrado nos anos 60! Pela primeira vez a população rural diminuía em termos absolutos. O saldo migratório urbano, positivo, foi estimado em 1.086 mil, o equivalente a 18,0% da população urbana no final da década de sessenta (Carvalho e Fernandes, 1987). Essa capacidade relativa de retenção migratória das cidades mineiras, apesar delas terem diminuído a sua taxa de crescimento populacional, ficou, principalmente, concentrada nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Vale do Aço e no Triângulo Mineiro.(Brito,1994)

A década de 70, enfim, foi promissora para Minas que soube aproveitar as possibilidades de crescimento abertas pela economia nacional. Houve uma agressiva política de incentivos fiscais e a criação de um aparato institucional de fomento e captação de investimentos comandados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico, pela Centrais Elétricas de Minas Gerais e executados pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (Brito,1988). O resultado positivo para o setor industrial foi observado em 1970/77, quando comparado à década anterior: a mineração manteve a alta taxa média anual de crescimento de 14,5% ao ano; a manufatura cresceu a 16,4% contra 6,9%; a construção civil passou de 7,3% para 22,7%. Até mesmo a agricultura começou a superar sua tradicional estagnação com seu Produto Interno Bruto superando a pequena de crescimento de 1,6% ao ano, entre 1962/67, alcançando 5,7% no quinquênio seguinte e 6,6% entre 1973/80.(Diniz,1981)

Nesta década de prosperidade, a população total de Minas cresceu apenas 1,54% ao ano, novamente bem abaixo da média nacional, e assim mesmo devido ao crescimento urbano de 4,01%, pois houve uma grande aceleração do êxodo rural. Ele foi ainda maior do que na década de 60, mais de 3 milhões de habitantes, equivalente a 70,0% da população rural em 1980. Já o saldo migratório urbano, positivo, foi superior ao dos anos 60 em 26,0%, refletindo uma maior capacidade de retenção populacional das cidades mineiras, concentrada principalmente na Região Metropolitana de Belo

Horizonte, responsável, sozinha, por um terço do crescimento da população urbana do estado. Se somamos as cidades do Triângulo e do Sul de Minas, essa participação chegava quase aos 60,0%. (Carvalho, Fernandes,1987, Brito,1994)

Entretanto, o bom desempenho da economia mineira teve reflexos não só na migração rural – urbana, ampliando a capacidade de retenção das suas cidades, mas, também, – e consequentemente - nas migrações interestaduais.

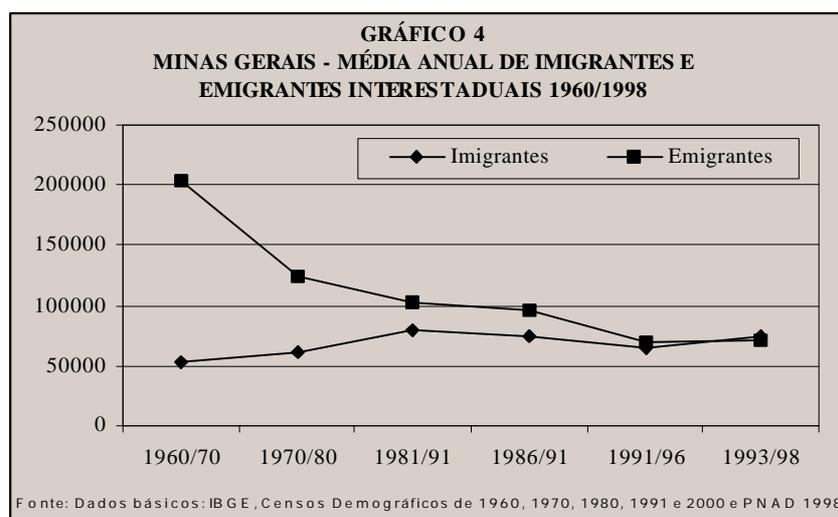
As emigrações de Minas diminuíram cerca de 40,0%, em relação aos anos 60, e as imigrações cresceram em torno de 16,0%. Desse modo, o saldo negativo nas trocas migratórias interestaduais teve uma grande redução, passando de 1.514.748 para 626.262! A grande maioria dos emigrantes de Minas tinham como destino, como nas décadas anteriores, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a região Centro-Oeste. Os imigrantes, na sua maioria, eram provenientes mesmos estados e região e daqueles que retornavam do Paraná.

Em grande parte da década de 80, o Brasil viveu uma profunda crise econômica e Minas não ficou imune à ela. O Produto Interno Bruto mineiro teve um desempenho insatisfatório se comparado com os anos 70: considerando 1980 igual a 100, o seu índice de crescimento em 1990 seria apenas de 115,9. A indústria teve um índice bem próximo da média, 116,4. Mas, a mineração com 103,8, a construção civil 47,3 e o comércio 110,7 contribuíram para o desempenho ruim da economia. A agricultura foi o único setor da economia que teve uma performance bem acima da média global, com um índice em 1990 de 142,5%, estimulada, principalmente pelo crescimento da produção de soja e café.(Fundação João Pinheiro, 1994)

Nesse contexto, os resultados do Censo Demográfico de 1991 apresentaram algumas novidades. Houve uma grande desaceleração do crescimento da população urbana, cujas taxas anuais passaram de 4,01%, na década anterior, para apenas 2,50% nos anos 80, assim como uma grande desaceleração no declínio da população rural. Certamente, já se observava, desde a década anterior, o impacto do declínio das taxas de fecundidade, porém, notava-se também mudanças no comportamento das migrações.

Os emigrantes de Minas, nos anos 80, continuaram se reduzindo, ainda que bem menos do que na década anterior, cerca de 18,0%. O destino de preferência dos imigrantes não se alterou muito, com São Paulo se mantendo como o principal lugar e as regiões de expansão agrícola - Centro-Oeste e Norte - vindo logo após. Os

imigrantes continuaram a seguir a tendência da década anterior, crescendo 30,6%, ampliadas pelo aumento da imigração de retorno (Carvalho et al., 1998). A novidade maior, foi sem dúvida a grande redução do saldo das trocas migratórias interestaduais. Entre 1981-1991 ele continuava negativo, -219.564, porém como proporção da população no final do período o saldo era praticamente inexpressivo, -1,4%. A comparação é esclarecedora: essa proporção entre 1960/1970 era de 13,2%! Reduzia-se substancialmente a perda populacional de Minas para os outros estados.



Os emigrantes, na sua maioria, se orientavam, como sempre, para São Paulo, 47,0%, Centro- Oeste, 15,0%, e Rio de Janeiro. As novidades foram o aumento da proporção de emigrantes para o Espírito Santo e para a Região Norte, nova fronteira em expansão desde os anos 70. Os imigrantes vieram, principalmente, de São Paulo, da Região Centro-Oeste e do Rio de Janeiro, estado com o qual Minas passou a ter um saldo positivo nas suas trocas migratórias. Como foi mencionado, a contribuição da migração de retorno foi decisiva para o aumento da imigrações. Estima-se que 47,7% dos imigrantes que chegaram a Minas entre 1981-1991 eram mineiros que retornavam. Somando aqueles que, apesar de não serem naturais do estado, mas emigraram para Minas em função do retorno dos mineiros, essa porcentagem chega a 67,0%.

Os resultados do Censo 2000 sugerem comparações extremamente interessantes entre as duas últimas décadas. A população teve uma redução insignificante no seu crescimento entre os anos oitenta e noventa, quando as suas taxas

passaram de 2,50% ao ano para 2,49%. Consideravelmente inferior àquela observada entre as décadas de setenta e oitenta, cujas taxas de crescimento declinaram de 4,01% para 2,50% ao ano.

Na área rural do estado ocorreu um importante fenômeno. Contrariamente às décadas de setenta e oitenta, quando houve um expressivo arrefecimento no declínio no crescimento da população rural, os anos 90 mostraram uma aceleração desse declínio, com os valores negativos das taxas muito mais do que dobrando, passando de -0,95% para -2,28%. Tal constatação sinaliza, à primeira vista, dois importantes processos demográficos em Minas: primeiro, a queda dos níveis de fecundidade da população residente nas áreas rurais³, e, segundo, talvez principalmente, a intensificação do "êxodo rural". É interessante destacar que esse evento também ocorreu no país como um todo, apesar de ter sido mais intenso em Minas Gerais.

Os dados censitários quinquenais, utilizando-se das informações migratórias de data fixa, confirmam a tendência observada desde a década de setenta. As trocas migratórias interestaduais calculadas para 1986/1991 e 1991/1996 apontam para uma redução significativa das perdas populacionais do estado. A estimativa obtida através dos dados da PNAD de 1998 revela, pela primeira vez no século XX, uma mudança importante na história mineira: o saldo migratório interestadual, entre 1993/98, foi favorável à Minas, em pouco mais de 16 mil pessoas. Parece evidente a tendência de Minas Gerais de aumentar a sua capacidade de atração da população de outros estados, inclusive imigrantes de retorno, assim como da sua capacidade de retenção dos mineiros.

O crescimento econômico da economia em algumas cidades médias do estado, além daquelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, reforçaram a capacidade de retenção de sua população. A migração para Minas Gerais não se compõem apenas pelos imigrantes de retorno, mas também por aqueles que buscam as oportunidades geradas nas regiões de expansão agrícola e industrial, como o Triângulo, o Alto Paranaíba e o Sul do estado. Entretanto, revela também que em regiões como os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, extremamente carentes, persistem ainda

³ A taxa de fecundidade total nas áreas rurais, que nos anos sessenta chegou a 7,65 filhos por mulher, vêm caindo ao longo dos anos, chegando nos anos noventa ao redor de 3,30 filhos por mulher. Nos mesmos períodos de referência a fecundidade das mulheres residentes nas áreas urbanas cai de 5,30 para 2,20 filhos por mulher.

"excedentes populacionais" potencialmente emigrantes, que hoje, praticamente, só encontram a alternativa da migração temporária.(BRITO, 2000)

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR MUNICÍPIOS: A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Minas Gerais sempre se caracterizou pela sua divisão em um grande número de municípios. Em 2000 eram 853 municípios, cujo número praticamente triplicou desde 1940, fragmentando o território mineiro em unidades políticas diversas. Somente entre 1991 e 2000 foram criados 130 municípios!

TABELA 3
MINAS GERAIS - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O TAMANHO DO MUNICÍPIO E
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O TAMANHO DA POPULAÇÃO
1940 - 2000

TAMANHO	1940 (1)	1950 (1)	1960 (1)	1970	1980	1991	2000
<10.000	5,37	10,13	12,51	19,67	16,35	12,92	15,25
10 A 20.000	22,79	27,05	20,68	21,02	17,83	15,86	13,59
20 A 50.000	51,86	45,04	37,99	30,24	22,33	19,25	17,18
50 A 100.000	15,29	11,57	14,87	8,56	15,16	18,15	14,67
100 A 500.000	4,68	6,22	6,88	9,75	15,01	20,98	20,99
>500.000	0,00	0,00	7,08	10,75	13,31	12,83	18,32
TOTAL RELATIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL ABSOLUTO	6.736.416	7.717.792	9.798.880	11.485.663	13.378.553	15.743.152	17.891.494
<10.000	16,67	27,72	39,13	61,08	57,48	54,08	60,26
10 A 20.000	35,76	37,31	29,61	19,94	23,13	24,07	20,28
20 A 50.000	40,97	30,83	25,26	15,51	13,43	13,83	12,43
50 A 100.000	5,90	3,63	4,76	2,22	4,29	5,67	4,34
100 A 500.000	0,69	0,52	1,04	1,11	1,52	2,21	2,34
>500.000	0,00	0,00	0,21	0,14	0,14	0,14	0,35
TOTAL RELATIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL ABSOLUTO	288	386	483	722	722	723	853

Fonte: Dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Nota: (1) Não inclui a população da região da Serra dos Aimorés

Em 1940, mais da metade dos municípios mineiros tinham menos de 20.000 habitantes e neles residiam cerca de 28,0% da população do estado. Somando aos 118 municípios com população entre 20 e 50.000 mil, esta proporção passa para 52,0%. O número de municípios maiores do que 50.000 habitantes ainda era pequena, somente 19, assim como a população neles residentes.

Entre 1940 e 2000 a porcentagem da população residente nos municípios menores que 50.000 habitantes reduziu-se de 80,0 para 46,0% e, conseqüentemente,

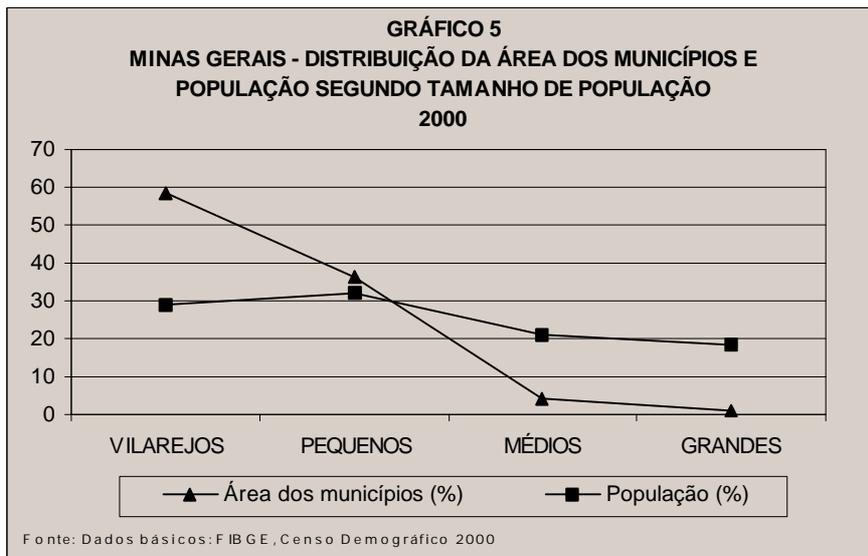
naqueles maiores que 50.000 aumentou de 20,0 para 54,0%, num processo de nítida concentração demográfica nos municípios maiores. Essa concentração fica ainda mais clara quando se considera que, em 2000, aproximadamente, 40,0% da população de Minas concentrava-se em apenas 23 municípios com mais de 100.000 habitantes. Entre eles somente três tinham, em 2000, uma população acima de 500 mil habitantes: Belo Horizonte (2.238.526), Contagem (538.017) e Uberlândia (501.214). Vale ressaltar que nesses três municípios, maiores que 500.000 habitantes, residiam cerca de 3,3 milhões de habitantes, um valor maior que a soma da população dos 517 municípios, 60,3% deles, com população até 10 mil habitantes.

Ao lado do processo de concentração populacional, não pode deixar de ser sublinhado que a enorme fragmentação territorial, causada pela multiplicação dos municípios, tem tido como contrapartida a grande dispersão territorial de uma parcela menor da população. Em 2000, 59,0% do total da área de Minas Gerais, se constituía de municípios menores que 20.000 habitantes, onde residia apenas 29,0% da população mineira. Considerando-se, mais amplamente, todos os municípios com uma população menor que 100.000 habitantes, isto é, 97,0% do total dos municípios, eles ocupavam 95,0% do território do estado e neles moravam cerca de 60,0% do total da população. Ou seja, o restante, cerca de 7 milhões de habitantes, se concentrava em somente 5,0% do território mineiro.

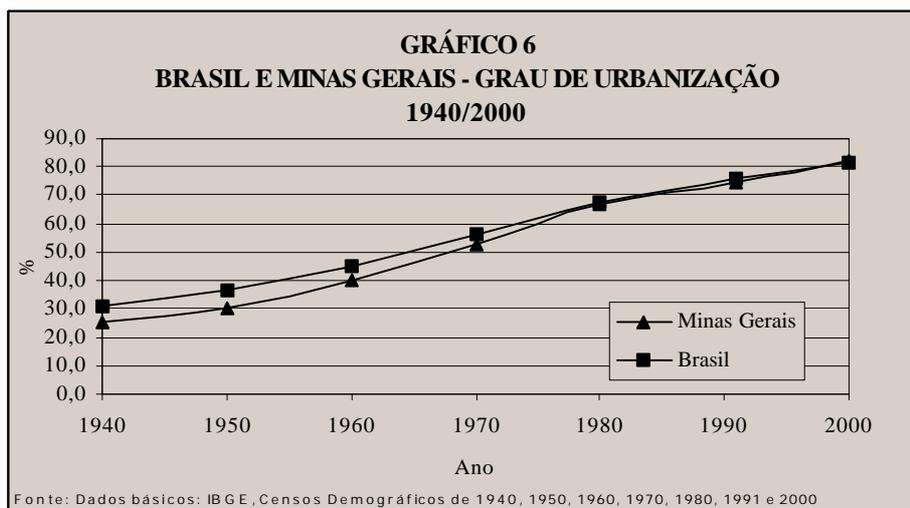
TABELA 4
MINAS GERAIS - ÁREA, POPULAÇÃO, NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DENSIDADE DEMOGRÁFICA
SEGUNDO TAMANHO DE POPULAÇÃO

2000					
MINAS GERAIS	VILAREJOS	PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES	TOTAL
Área dos municípios em Km ²	344.870	212.577	26.294	4.643	588.384
Área dos municípios em Km ² (%)	58,61	36,13	4,47	0,79	100,00
População	5.160.004	5.699.017	3.754.716	3.277.757	17.891.494
População (%)	28,84	31,85	20,99	18,32	100,00
Número de municípios	687	143	20	3	853
Número de municípios (%)	80,55	16,76	2,34	0,35	100,00
Densidade demográfica (Hab./Km ²)	14,99	26,65	142,05	703,47	30,41

Fonte: Dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico 2000



O grau de urbanização em Minas, no ano 2000, apresentava valor próximo à média nacional. Segundo o critério do IBGE, 82,0% da população residia em cidades. Adotando critérios mais rigorosos, considerando como urbana somente a população residente em cidades maiores que 10.000 e 20.000 habitantes, esse índice baixa para 69,0 e 62,0%. Mas, segundo qualquer um dos critérios utilizados, a tendência da população em residir em áreas urbanas tem sido crescente, o que também coincide com a tendência nacional. Em 1940, somente um quarto da população morava na cidades e naquela maiores que 20.000 habitantes a proporção era irrisória, cerca de 5,6%.



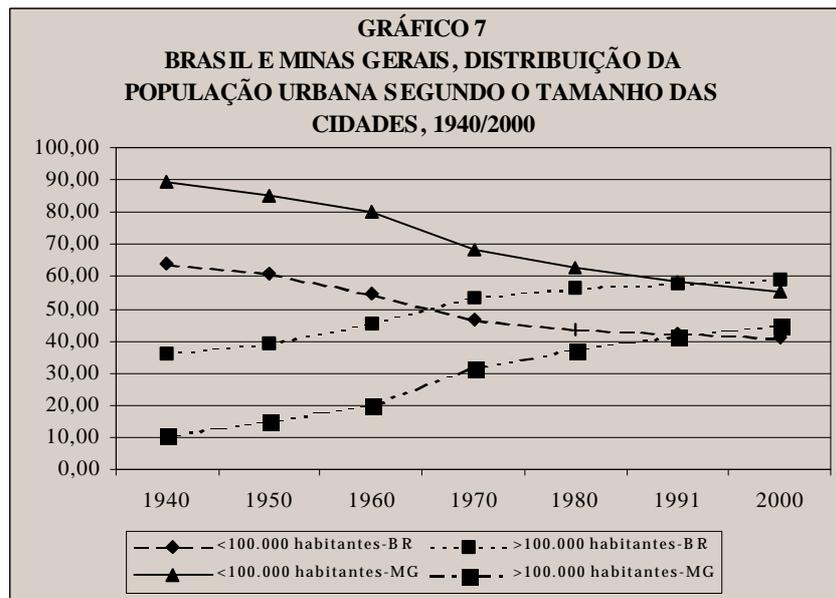
A distribuição da população urbana entre os diferentes tamanhos das cidades apresenta em Minas algumas singularidades. A proporção da população residente nas cidades menores que 20.000 habitantes diminuiu continuamente no decorrer das últimas 6 décadas, mas ainda em 2000 residiam nelas pouco mais de um quarto da população. No outro extremo, isto é, nas cidades maiores que 100.000 habitantes, a proporção aumentou de 11,0% para 45,0%. Também, nas cidades intermediárias, entre 20 e 100.000, a proporção dos residentes aumentou, ainda que nas últimas três décadas tenha havido uma tendência a estabilização entre 29,0 e 30,0%. Não há como duvidar, no período analisado, de uma tendência à concentração modal nas cidades maiores do que 100.000 habitantes e, entre elas, a partir de 1980, no grupo entre 100 e 500.000 habitantes

TABELA 5
MINAS GERAIS - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO O TAMANHO DAS CIDADES(%)
1940 - 2000

TAMANHO	POPULAÇÃO						
	1940 (1)	1950 (1)	1960 (1)	1970	1980	1991	2000
<10.000	53,6	47,4	34,3	28,7	20,6	16,3	15,7
10 a 20.000	24,0	18,7	15,6	12,5	11,0	11,3	10,7
20 a 50.000	7,6	15,5	24,4	20,9	15,2	16,3	12,8
50 a 100.000	4,3	3,8	5,6	6,5	15,8	14,6	16,0
100 a 500.000	10,5	14,7	3,3	11,2	17,7	24,5	25,9
>500.000	0,0	0,0	16,8	20,3	19,8	17,1	18,9
TOTAL RELATIVO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL ABSOLUTO	1.693.040	2.320.054	3.940.557	6.063.274	8.982.134	11.786.893	14.671.828

Fonte: Dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

A dificuldade para se comparar esses diferentes grupos de cidades, cuja distribuição foi certamente bastante afetada pelas migrações, é que elas também podem passar de um grupo para outro, seja pelo seu crescimento, seja como consequência da fragmentação do município. Para tornar a análise mais interessante, tem-se uma comparação, com o Brasil como um todo, considerando somente dois grandes grupos: as cidades menores e as maiores que 100.000 habitantes.



Há uma grande simetria entre as curvas, sendo que a proporção da população brasileira, no seu conjunto, residente nas cidades maiores que 100.000 habitantes sempre ficou acima da porcentagem de Minas e nas menores sempre abaixo. Considerando que a convergência das duas curvas para o Brasil já se deu há mais de 30 anos e em Minas ainda está prestes a acontecer, fica claro que o processo de concentração urbana em Minas está razoavelmente defasado em relação à média nacional.

MINAS GERAIS E SUAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

A distribuição espacial da população no estado, assim como o seu crescimento regional, mostram claramente a importância da desagregação do estado, segundo as suas Regiões de Planejamento, para se entender melhor as suas diversidades. Em termos da distribuição espacial da população é possível constatar a participação crescente, ao longo das três últimas décadas, das regiões mais desenvolvidas do estado. A região Central destaca-se pelo significativo volume populacional, relativamente crescente ao longo das últimas décadas. No ano de 1970 cerca de 27% da população do estado residia na região Central, passando, no ano de

2000, para pouco mais de 35%⁴. Assim, pode-se afirmar que a região Central ainda se configura como a área de concentração e atração populacional mais importante do estado, podendo atribuir a Região Metropolitana de Belo Horizonte, sem dúvida, o papel mais importante nesse processo. Em 2000, 24,3% da população residia na Região Metropolitana e, praticamente a metade, 12,5%, em Belo Horizonte. Vale lembrar, entretanto, que a capital de Minas vêm, ao longo dos anos, perdendo posição relativa para os demais municípios da Região Metropolitana. Esse fenômeno, observado na quase totalidade do conjunto de Regiões Metropolitanas do País, é fruto do sistema de exclusão social onde a população com menos recursos é empurrada, principalmente pelo mercado imobiliário, para a periferia das Capitais, e, em seguida, para outros municípios da Região Metropolitana.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS - 1970, 1980, 1991 E 2000

Região de Planejamento	1970			1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural									
Alto Paranaíba	3,60	3,38	3,85	3,28	3,26	3,32	3,26	3,33	3,07	3,30	3,37	2,95
Central	26,64	37,78	14,19	31,19	39,17	14,88	33,42	38,98	16,85	35,09	39,52	14,92
Centro Oeste	5,69	6,28	5,03	5,50	5,86	4,75	5,46	5,79	4,48	5,52	5,76	4,42
Doce	11,95	9,12	15,12	10,42	9,04	13,24	9,28	8,30	12,22	8,58	7,93	11,51
Jequitinhonha/Mucuri	8,36	5,03	12,08	6,90	4,33	12,14	6,17	4,18	12,12	5,47	3,90	12,61
Mata	13,71	12,83	14,69	12,25	11,09	14,61	11,73	10,85	14,38	11,35	10,61	14,71
Noroeste	2,02	0,95	3,21	2,08	1,28	3,72	1,94	1,58	3,00	1,87	1,70	2,63
Norte	8,54	4,47	13,09	8,42	5,44	14,52	8,63	6,31	15,55	8,34	6,56	16,45
Sul	13,51	13,07	14,01	13,23	12,43	14,88	13,22	12,66	14,92	13,33	12,65	16,41
Triângulo	5,97	7,10	4,71	6,73	8,09	3,93	6,87	8,03	3,43	7,15	7,98	3,39
MINAS GERAIS	100,00											

Fonte: Dados básicos: FIBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000

As demais Regiões de Planejamento que aumentaram a sua participação relativa foram o Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Sul e Triângulo. Conjuntamente com a Central, são aquelas que apresentaram taxas de crescimento da população total maiores que a média estadual no período 1991/2000. São também, com exceção apenas da Central, as únicas que apresentaram aumento na taxa de crescimento total entre as décadas de oitenta e noventa

⁴ A concentração populacional é ainda maior quando se observa apenas o segmento urbano do estado. Praticamente 40% encontra-se concentrada na região Central.

Por outro lado, regiões como o Noroeste, apesar do grande crescimento das suas cidades, em 2000 tinha o menor contingente populacional do estado, apenas 1,9%. O Jequitinhonha/Mucuri vem perdendo, há muitas décadas, a sua importância demográfica devido à sua grande emigração, temporária ou não, determinada pelas sua pobreza e estagnação.

Sem dúvida os fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais respondem em boa medida pela distribuição espacial da população, onde pode-se dizer que esses funcionam como termômetro das condições socio-econômicas da cada uma das regiões. São as regiões em processo de mudança que recebem população, vinda na maior parte das vezes, das regiões estagnadas. As estimativas dos saldos migratórios, do período 1970 a 1991, refletem as marcantes diferenças regionais, onde as regiões carentes apresentam saldos negativos elevados.

TABELA 7
TAXA DE CRESCIMENTO SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS - 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000

Região de Planejamento	1970/1980			1980/1991			1991/2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alto Paranaíba	0,67	3,83	-3,48	1,47	2,78	-1,73	1,56	2,64	-2,70
Central	3,15	4,39	-1,62	2,13	2,46	0,17	2,00	2,64	-3,61
Centro Oeste	1,18	3,30	-2,65	1,43	2,39	-1,49	1,57	2,43	-2,43
Doce	0,15	3,93	-3,38	0,43	1,70	-1,67	0,55	1,97	-2,94
Jequitinhonha/Mucuri	-0,43	2,36	-2,05	0,45	2,10	-0,96	0,07	1,69	-1,85
Mata	0,40	2,51	-2,14	1,09	2,29	-1,10	1,07	2,24	-2,03
Noroeste	1,85	7,16	-0,64	0,82	4,47	-2,87	1,03	3,32	-3,70
Norte	1,40	6,08	-1,06	1,72	3,90	-0,34	1,06	2,94	-1,67
Sul	1,32	3,49	-1,50	1,49	2,67	-0,93	1,53	2,48	-1,24
Triângulo	2,75	5,38	-3,83	1,69	2,43	-2,18	1,90	2,42	-2,40
MINAS GERAIS	1,54	4,01	-2,08	1,49	2,50	-0,95	1,44	2,49	-2,28

Fonte: Dados básicos: FIBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000

A década de setenta se caracterizava pelo intenso fluxo migratório rural-urbano que determinava, por um lado, elevadas taxas de crescimento negativas para as áreas rurais, e, por outro, uma crescente urbanização em praticamente todas as Regiões de Planejamento.

A região Central é que tinha a maior taxa de crescimento da população total, onde destaca-se a presença da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do dinamismo

das áreas onde se localizam o seu parque siderúrgico. No Triângulo o crescimento da população total também era significativo, devido principalmente ao crescimento das cidades, uma vez que sua população rural apresentou os maiores decréscimos relativos entre as regiões consideradas. Como reflexo da expansão da fronteira agrícola do cerrado, a região Noroeste era a terceira maior em crescimento da sua população, em função, principalmente, da taxa de crescimento demográfico de suas cidades de 7,16% ao ano.

Os saldos migratórios interestaduais, para a década de setenta, apontam também para a importância das regiões Central e Triângulo. Essa foram as únicas que tiveram estimativas de saldos migratórios positivas, sendo mais representativa a região Central (302 mil pessoas), o que está diretamente relacionado à atração exercida pela Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por outro lado, as regiões Jequitinhonha/Mucuri (-391.339), Norte de Minas (-238.857) e Rio Doce (-414.758), sabidamente mais carentes, apresentaram saldos migratórios negativos bastante expressivos. Junta-se a esse grupo a região da Mata, com saldo negativo de -323 mil pessoas. Chama atenção que o saldo migratório, no caso da região Jequitinhonha/Mucuri, representou -42,33% da população total da região.

De maneira geral, as áreas urbanas atraem população e as áreas rurais expulsão, estabelecendo significativo ritmo de crescimento do processo de urbanização dessas regiões. A exceção fica apenas para Jequitinhonha/Mucuri, que apresentou saldo migratório também negativo para a área urbana (-19 mil pessoas).

Na década de oitenta houve uma desaceleração do ritmo de crescimento das áreas urbanas e uma menor perda relativa de população das áreas rurais. As únicas exceções foram a região Central, que passou a ter um crescimento positivo da sua população rural e a região Noroeste, novamente, devido as altas taxas de crescimento da sua população urbana.

TABELA 8
MINAS GERAIS - ESTIMATIVAS DE SALDOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS E TAXAS
LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, SEGUNDO REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 1970/1980 E 1981/1991

Região de Planejamento	SALDOS MIGRATÓRIOS					
	1970-1980			1981-1991		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Alto Paranaíba	-93.257	28.891	-133.284	-24.710	29.935	-70.621
Central	302.426	655.520	-376.906	104.067	254.698	-145.248
Centro Oeste	-85.800	49.996	-146.899	-36.298	34.218	-72.958
Doce	-391.339	-19.220	-409.256	-232.801	-18.371	-245.072
Jequitinhonha/Mucuri	-323.031	60.301	-435.516	-126.369	82.900	-230.614
Mata	-47.399	36.308	-91.729	-53.330	30.492	-89.916
Noroeste	-238.857	115.593	-384.459	-160.465	79.123	-268.484
Norte	-414.758	96.924	-573.177	-265.546	-38.102	-258.099
Sul	-173.774	149.520	-357.370	-77.510	124.478	-211.260
Triângulo	39.647	193.492	-165.781	-14.217	55.307	-73.027

Região de Planejamento	TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS (%)					
	1970-1980			1981-1991		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Alto Paranaíba	-21,32	9,94	-90,76	-4,81	7,63	-47,22
Central	7,25	18,63	-57,59	1,98	5,54	-21,79
Centro Oeste	-11,66	9,50	-70,24	-4,22	5,01	-41,20
Doce	-42,33	-4,91	-76,79	-23,96	-3,73	-51,12
Jequitinhonha/Mucuri	-19,71	6,05	-67,77	-6,84	6,48	-40,55
Mata	-16,99	31,41	-56,16	-17,47	16,34	-75,78
Noroeste	-21,19	23,67	-60,20	-11,81	10,63	-43,65
Norte	-29,75	11,93	-98,50	-18,17	-3,90	-53,38
Sul	-9,82	13,39	-54,66	-3,72	8,35	-35,79
Triângulo	4,41	26,62	-95,85	-1,31	5,84	-53,84

Fonte: FJP (2001) "Migrações Internas em Minas Gerais nas Décadas de 1980 a 1991"

No que diz respeito a migração, apenas a região Central apresentou saldo migratório positivo para a população total. Além disso, todas as Regiões de Planejamento que perdiam população, entre 1970 e 1980, passaram a expulsar um número menor de pessoas entre 1980 e 1991. Comparativa mente à década anterior as áreas urbanas mostraram quedas significativas dos ganhos urbanos. Nas áreas rurais observou-se, para todas as regiões, queda dos saldos e das taxas líquidas migratórias, com exceção da Noroeste de Minas que, mesmo mantendo saldo migratório estável, apresentou crescimento nas taxas líquidas migratórias.

Nos anos noventa, das dez Regiões de Planejamento, seis apresentaram taxas de crescimento mais altas, comparativamente à década anterior. As exceções foram as regiões do Jequitinhonha/Mucuri e a Norte, com quedas significativas no ritmo de crescimento, e as regiões Central e Mata, com ligeiras reduções. Entretanto, na média do estado, observou-se um declínio expressivo do crescimento da população total. Interessante é que houve uma tendência ao crescimento da população urbana nas

regiões onde maiores foram os decréscimos da população rural, sugerindo uma migração rural-urbana dentro da própria região.

O final do século para Minas teve uma importância histórica com a grande redução das suas perdas populacionais para os outros estados. É certo, que os seus desequilíbrios regionais, a sua fragmentação territorial e o seu atraso relativo na urbanização, ainda preservam uma grande quantidade de migrantes potenciais. Entretanto, apesar da inércia estrutural que ainda mantém algumas antigas trajetórias migratórias, grande parte do excedente populacional do estado terá que se mover, principalmente, dentro das próprias fronteiras do estado. E, então, se coloca um grande desafio: se não é mais possível transferir para outros estados a responsabilidade pela absorção do seu excedente demográfico, Minas Gerais tem que dar conta do desenvolvimento das suas regiões mais pobres - todas com grandes saldos migratórios negativos. Mais ainda, mesmo as regiões mais ricas, como a Central, tem uma grande parte da sua população abaixo da linha de pobreza, que migram dentro delas sem encontrar um destino socialmente satisfatório. Sem desenvolvimento regional e sem políticas sociais iniciamos o século XXI com uma grande parte da população migrante, mas sem destino.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Fausto; **População, Espaço e Economia numa perspectiva histórica**, Tese de Doutorado, CEDEPLAR, UFMG, 1987.

BRITO, Fausto - O Estado Tutelar: O INDI na experiência mineira de industrialização na década de 70, in Paiva, Paulo (org.) - **Minas em Questão**, CEDEPLAR, 1988.

BRITO, Fausto, "Minas Gerais no contexto das migrações", in **Anais do Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina 1994

BRITO, Fausto. **Brasil, final de século**: a transição para um novo padrão migratório?. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, ABEP, Caxambu, 2000..

CARVALHO, J. A. M. de e FERNANDES, **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil, por sexo, idade e setores rural e urbano, 1960/1970 e 1970/1980**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 19--.

CARVALHO, J. A. M. de; BRITO, F.; RIBEIRO, J. T.; e RIGOTTI, J. I. R. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? **Anais do VIII Seminário sobre a economia mineira**, Volume II. Diamantina, 1998.

DINIZ, Clélio Campolina - **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**, UFMG-PROED, Belo Horizonte, 1981.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário Estatístico de Minas Gerais 1990-1993**, volume 8, Belo Horizonte, 1994.

FJP. **Migrações internas em Minas Gerais: décadas de 80 e 90**. Centro de Estatística e Informações, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2001.

GRAHAM, Douglas; HOLLANDA, Sérgio Buarque - **Migrações Internas no Brasil 1872-1970**, São Paulo, IPE/CNPQ, 1984.